

SAÚDE E SEGURANÇA

- Artigos de Pirotecnia

[Decreto-Lei n.º 34/2010 de 15 de Abril](#), Ministério da Administração Interna

Sumário: Procede à definição das regras que permitem a livre circulação de artigos de pirotecnia e estabelece os requisitos essenciais de segurança que esses artigos devem satisfazer tendo em vista a sua colocação no mercado, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2007/23/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Maio.

- Centros de Bronzeamento

[Portaria n.º 1301/2005 de 20 de Dezembro](#) Ministérios da Economia e da Inovação e da Saúde

Sumário: Regulamenta o [Decreto-Lei n.º 205/2005](#) de 28 de Novembro, que estabelece o regime de instalação e funcionamento bem como os requisitos de segurança a que devem obedecer os estabelecimentos que prestem aos consumidores o serviço de bronzeamento artificial mediante a utilização de aparelhos bronzeadores que emitem radiações ultravioletas (UV) em qualquer das suas modalidades

[Decreto-lei n.º 205/2005 de 28 de Novembro](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece o regime de instalação e funcionamento bem como os requisitos de segurança a que devem obedecer os estabelecimentos que prestem aos consumidores o serviço de bronzeamento artificial mediante a utilização de aparelhos bronzeadores que emitem radiações ultravioletas em qualquer das suas modalidades

- Clínicas e Consultórios Dentários

[Portaria n.º 268/2010 de 12 de Maio](#), Ministério da Saúde

Sumário: Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da actividade das clínicas ou consultórios dentários

- Creches

[Portaria n.º 262/2011 de 31 de Agosto](#), Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Sumário: Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches

- Detergentes

[Decreto-lei n.º 49/2007 de 28 de Fevereiro](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º [648/2004](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, relativo aos detergentes

- Embalagens Aerossóis

[Decreto- Lei n.º 61/2010 de 9 de Junho](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2008/47/CE](#), da Comissão, de 8 de Abril, que altera, para fins de adaptação ao progresso técnico, a Directiva n.º [75/324/CEE](#), do Conselho, de 20 de Maio, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes às embalagens aerossóis

- Espaços de Jogo e Recreio

[Decreto-lei n.º 119/2009 de 19 de Maio](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 379/97](#), de 27 de Dezembro, que aprova o Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respectivo Equipamento e Superfícies de Impacte

[Portaria n.º 506/98 de 10 de Agosto](#) Ministério da Economia

Sumário: Define o organismo com competência para emitir certificados de conformidade, no âmbito do [Decreto-Lei n.º 379/97](#) de 27 de Dezembro, que estabeleceu o regulamento das condições de segurança a observar nos espaços de jogo e recreio

[Portaria n.º 379/98 de 2 de Julho](#) Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia

Sumário: Publica a lista dos normativos europeus, projectos normativos europeus e outras especificações técnicas aplicáveis na concepção e fabrico dos equipamentos e superfícies de impacte destinados a espaços de jogo e recreio

[Decreto-lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro](#) Ministério do Ambiente



UNIAO GERAL DE CONSUMIDORES

Sumário: Aprova o Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respectivo Equipamento e Superfícies de Impacte

- Géneros Alimentícios com Brinde

[Decreto-lei n.º 291/2001 de 20 de Novembro](#) Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Estabelece os princípios e regras a que deve obedecer a comercialização dos géneros alimentícios com brindes, e revoga o [Decreto-Lei n.º 158/99](#) de 11 de Maio

- Imitações Perigosas

[Decreto-lei n.º 150/90 de 10 de Maio](#) Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

Sumário: Aprova normas impeditivas do fabrico, importação, exportação ou comercialização de produtos vulgarmente conhecidos por imitações perigosas. Procede à transposição da Directiva n.º [87/357/CEE](#), de 25 de Junho

- Isqueiros

[Decreto-lei n.º 172/2007 de 8 de Maio](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece o regime aplicável à colocação de isqueiros no mercado, dando execução à Decisão n.º [2006/502/CE](#), da Comissão, de 11 de Maio, que obriga os Estados membros a tomarem as medidas necessárias para garantir que no mercado apenas se coloquem isqueiros seguros para as crianças e proibir a colocação no mercado de isqueiros novidade

- Máquinas e Componentes de Segurança

[Decreto-lei n.º 320/2001 de 12 de Dezembro](#) Ministério da Economia

Sumário: Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e dos componentes de segurança, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [98/37/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho

- Objectos em Estanho

[Decreto-lei n.º 133/2006 de 12 de Julho](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece as condições de colocação no mercado de objectos em estanho

- Óleos para Alimentação Humana

[Decreto-lei n.º 13/2006 de 20 de Janeiro](#) Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Sumário: Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 106/2005](#) de 29 de Junho, que fixa as características a que devem obedecer as gorduras e óleos vegetais destinados à alimentação humana e as condições a observar na sua obtenção ou tratamento, bem como as regras da sua comercialização

[Decreto-lei n.º 106/2005 de 29 de Junho](#) Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Sumário: Fixa as características a que devem obedecer as gorduras e os óleos vegetais destinados à alimentação humana e as condições a observar na sua obtenção ou tratamento, bem como as regras da sua comercialização, e revoga a [Portaria n.º 928/98](#) de 23 de Outubro

- Produtos Cosméticos e de Higiene Corporal

[Decreto-Lei n.º 113/2010 de 21 de Outubro](#), Ministério da Saúde

Sumário: Estabelece novos requisitos para a composição de produtos cosméticos, com o objectivo de reduzir os riscos de alergias, transpondo a Directiva n.º [2008/112/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, e as Directivas, da Comissão, n.os [2009/36/CE](#), de 16 de Abril, [2009/129/CE](#), de 9 de Outubro, [2009/130/CE](#), de 12 de Outubro, [2009/134/CE](#), de 28 de Outubro, [2009/159/UE](#), de 16 de Dezembro, [2009/164/UE](#), de 22 de Dezembro, [2010/3/UE](#), de 1 de Fevereiro, e [2010/4/UE](#), de 8 de Fevereiro, que alteram a Directiva n.º [76/768/CEE](#), do Conselho, procedendo à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 189/2008](#), de 24 de Setembro

[Decreto-lei n.º 189/2008 de 24 de Setembro](#) Ministério da Saúde

Sumário: Estabelece o regime jurídico dos produtos cosméticos e de higiene corporal, transpondo para a ordem jurídica nacional as Directivas n.os [2007/53/CE](#), da Comissão, de 29 de Agosto, [2007/54/CE](#), da Comissão, de 29 de Agosto, [2007/67/CE](#), da Comissão, de 22 de Novembro, [2008/14/CE](#), da Comissão, de 15 de Fevereiro, e [2008/42/CE](#), da Comissão, de 3 de Abril, que alteram a Directiva n.º [76/768/CEE](#), do Conselho, relativa aos produtos cosméticos, a fim de adaptar os seus anexos II, III e VI ao progresso técnico

- Produtos Defeituosos

[Decreto-lei n.º 131/2001 de 24 de Abril](#) Presidência do Conselho de Ministros
Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [1999/34/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de Maio, em matéria de responsabilidade decorrente de produtos defeituosos

[Decreto-lei n.º 383/89 de 6 de Novembro](#) Ministério da Justiça
Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [85/374/CEE](#), em matéria de responsabilidade decorrente de produtos defeituosos

- Produtos Eléctricos e de Baixa Tensão

[Decreto-lei n.º 6/2008 de 10 de Janeiro](#) Ministério da Economia e da Inovação
Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2006/95/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à harmonização das legislações dos Estados membros no domínio do material eléctrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão, e revoga o [Decreto-Lei n.º 117/88](#) de 12 de Abril

- Recintos com Diversões Aquáticas

[Decreto-lei n.º 79/2009 de 2 de Abril](#) Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Sumário: Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 65/97](#), de 31 de Março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas

[Decreto-lei n.º 65/97 de 31 de Março](#) Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território
Sumário: Regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas

- Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos

[Decreto-lei n.º 204/2012 de 29 de Agosto](#), Ministério da Economia e do Emprego

Sumário: Procede à simplificação do regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos e do regime de acesso, exercício e fiscalização de várias atividades de controlo municipal e altera os Decretos-Leis n.os [309/2002](#), de 16 de dezembro, e [310/2002](#), de 18 de dezembro

- Recintos Itinerantes

[Decreto-lei n.º 268/2009 de 29 de Setembro](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, e procede à terceira alteração do [Decreto-Lei n.º 309/2002](#), de 16 de Dezembro, que regula a instalação e o financiamento de recintos de espectáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais

- Segurança de Brinquedos

[Decreto-Lei n.º 43/2011 de 24 de Março](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Estabelece a segurança dos brinquedos, transpondo a Directiva n.º [2009/48/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho

[Decreto-lei n.º 50/97 de 28 de Setembro](#) Ministério do Ambiente

Sumário: Altera o n.º 2 do artigo 17.º do [Decreto-Lei n.º 237/92](#) de 27 de Outubro, que fixa o regime de segurança dos brinquedos, atribuindo a competência para aplicação de coimas à Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica, prevista no n.º 2 do artigo 52.º do [Decreto-Lei n.º 28/84](#) de 20 de Janeiro

[Portaria n.º 104/96 de 6 de Abril](#) Ministérios da Economia e do Ambiente

Sumário: Fixa o regime e grafismo a aplicar no fabrico e comercialização dos brinquedos

[Decreto-lei n.º 237/92 de 27 de Outubro](#) Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

Sumário: Disciplina o regime de segurança dos brinquedos

- Segurança Geral dos Produtos

[Decreto-Lei n.º 26/2011 de 14 de Fevereiro](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado dos recipientes sob pressão simples, transpondo a Directiva n.º [2009/105/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro

[Decreto-Lei n.º 25/2011 de 14 de Fevereiro](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Fixa as regras necessárias para evitar acidentes decorrentes da utilização de aparelhos a gás e respectivos dispositivos de segurança, transpondo a Directiva n.º [2009/142/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Novembro

[Decreto-Lei n.º 23/2011 de 14 de Fevereiro](#), Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Sumário: Assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º [765/2008](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Julho, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos

[Decreto-lei n.º 69/2005 de 17 de Março](#) Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2001/95/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro, relativa à segurança geral dos produtos

- Serviços de Saúde

[Decreto-lei n.º 113/2011 de 29 de Novembro](#), Ministério da Saúde

Sumário: Regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios

- Tabaco

[Lei n.º 37/2007 de 14 de Agosto](#) Assembleia da República

Sumário: Aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo

- Transporte Colectivo de Crianças

[Lei n.º 17-A/2006 de 26 de Maio](#) Assembleia da República

Sumário: Primeira alteração à [Lei n.º 13/2006](#) de 17 de Abril (transporte colectivo de crianças)

[Lei n.º 13/2006 de 17 de Abril](#) Assembleia da República

Sumário: Transporte colectivo de crianças